



Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em Reais

ATIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa - sem restrição	12.713	400.884	
Caixa e equivalente de caixa - com restrição	-	24.325	
Aplicações financeiras - sem restrição	3	1.513.702	2.668.444
Aplicações financeiras - com restrição	3.1	2.131.601	3.219.350
Convênios a receber - líquido de provisão	4	10.543.123	9.264.090
Adiantamentos		387.698	257.521
Estoques	5	2.145.314	2.833.623
Outros ativos circulantes		22.979	42.251
Total do ativo circulante		16.757.130	18.710.488

NÃO CIRCULANTE

Realizável a Longo Prazo

Convênios Estaduais a receber	4.1	4.925.244	9.692.984
Investimentos		748	751
Imobilizado	6	17.038.549	15.468.978
Intangível	7	415.080	785.535
Total do ativo não circulante		22.379.621	25.948.248

TOTAL DO ATIVO

39.136.751 **44.658.736**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em Reais

PASSIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores		2.236.854	2.104.082
Obrigações Trabalhistas	8	1.686.891	1.536.784
Obrigações Tributárias	9	476.156	434.313
Honorários médicos a pagar	10	2.850.459	1.837.638
Subvenções e convênios a realizar	16	5.321.385	7.009.889
Outros passivos circulantes		768.356	730.210
Total do passivo circulante		13.340.101	13.652.916

NÃO CIRCULANTE

Convênios Estaduais a receber	4.1	4.925.244	9.692.987
Contingências a pagar	17	5.736.058	5.835.793
Depósitos Judiciais		(442.774)	(281.734)
Subvenções Governamentais - imobilizado	11	632.247	750.718
Total do passivo não circulante		10.850.775	15.997.764

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do Resultado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em Reais

RECEITAS	Nota	2021	2020
Serviços Prestados SUS		29.543.030	28.895.506
Serviços Prestados Convênios		15.853.010	12.530.685
Serviços Prestados Prefeitura Municipal		2.171.832	649.431
Receita de Sustentável e Pró - Santa Casa	12	4.767.744	4.212.932
Outras Receitas Serviços Prestados	13	2.637.080	2.211.824
Total da receita bruta		54.972.696	48.500.378

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Administrativas e Gerais	14	(6.390.649)	(5.149.237)
Despesas Tributárias	15	(1.442.238)	(1.229.979)
Recargas/Despesas Financeiras Líquidas		(281.651)	(56.321)
Total despesas operacionais		(8.114.538)	(6.435.537)

Resultado operacional

(10.198.371) **(4.339.784)**

OUTRAS RECEITAS(DESPEAS)

Auxílio e Subvenções estaduais	12	6.613.656	3.111.818
Doações		368.039	715.708
Mensalidade de irmãos		3.650	3.130
Aluguéis		367.731	355.335
Diversos		256.870	322.963
Receita de trabalho voluntário	20	97.697	97.697
Despesas de trabalho voluntário	20	(97.697)	(97.697)
Despesas Operacionais		(12.513)	(13.599)
Total das receitas/(despesas) operacionais		7.597.493	4.493.356

SUPERAVIT/DÉFICIT ANTES DAS DESPESAS CONTINGENCIAIS

(2.600.878) **153.572**

SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO

(2.600.878) **153.572**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em Reais

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	14.854.484	-	14.854.484
Superávit/(déficit) do período	-	153.572	153.572
Transferência para o patrimônio social	153.572	(153.572)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	15.008.056	-	15.008.056
Superávit/(déficit) do período	-	(2.600.878)	(2.600.878)
Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota 25)	-	2.538.697	2.538.697
Transferência para o patrimônio social	(2.600.878)	2.600.878	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	12.407.178	2.538.697	14.945.875

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do Fluxo de Caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em Reais

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.600.878)	153.572
Superávit/(déficit) do período		
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.035.396	1.148.453
(Ganho) / Perda Decorrente da Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	(542.211)	24.000
Ajuste de Exercícios Anteriores	2.538.697	-
(Reverso) / Provisão para Contingências	(99.735)	(1)

Redução (aumento) no ativo

Convênios a receber - líquido de provisão	(1.279.033)	(6.100.008)
Estoques	688.309	(1.826.579)
Convênios Estaduais	4.767.744	119.394
Adiantamentos a fornecedores	(130.177)	(4.423.099)
Outros Ativos e em Despesas antecipadas	19.272	(18.439)

(Redução) / aumento no passivo

Fornecedores e contas a pagar	1.145.593	833.784
Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Sociais	91.950	34.525
Subvenções a receber	(1.806.975)	6.339.121
Convênios Estaduais	(4.767.744)	4.423.099
Outros passivos	(122.893)	536.706

Caixa Líquido usado nas Atividades operacionais

(962.685) **1.244.528**

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aumento de Ativo Imobilizado e intangível	(1.692.302)	(961.671)
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento	(1.692.302)	(961.671)

Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa

(2.654.987) **282.857**

Caixa Equivalente de Caixa no Início do Período

6.313.003 6.030.146

Caixa Equivalente de Caixa no fim do Período

3.658.016 6.313.003

Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa

(2.654.987) **282.857**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba, fundada em 1863, é uma Entidade Civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, com sede e foro em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Constituem os objetivos da Entidade:

a) Prestar assistência médico-hospitalar aos enfermos e acidentados;

b) Prestar assistência materno-infantil;

c) Prestar assistência médico-hospitalar gratuitamente a indigentes e necessitados.

A Santa Casa possui certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social concedido pelo Ministério da Saúde e renovado através da Portaria nº 1.433 de 01.09.2017, com validade para o período de 01.01.2021 a 31.12.2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucro e a NBC TG 1000 – Conformidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

REGRAS DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através das Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fiscais legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem

caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço.

Contas a receber

Os valores a receber, são contabilizados pelo regime de competência, deduzidas das perdas líquido de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com o valor que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, o qual não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2021.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

g) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme legislação vigente.

h) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.

i) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - SEM RESTRIÇÃO

Banco Santander S/A	2021	2020
	800	94.108
Banco do Brasil	11.040	25.187
Banco Bradesco	1.501.862	2.549.149
Total	1.513.702	2.668.444

3.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - COM RESTRIÇÃO

	2021	2020
Bco Brasil Convênio SUS 3353-7	3.202	35.961
Bco Brasil Convênio Pronto Socorro 3356-1	48	35.504
Bco Brasil Convênio SUS 62710-0	249.988	3.993
Bco Brasil Convênio Pró Santa Casa - 347/20 65047-1	172.492	317.246
Bco Brasil Convênio Covid 65899-5	220.887	659.243
Bco Brasil Doações 65900-2	37	408.406
Bco Brasil Convênio Sustentável - 1004/20 65117-6	172.125	622.615
Bco Brasil Emenda Parlamentar	-	2
Bco Brasil Emenda Federal	-	95.147
Bco Brasil Emenda Parlamentar 65339-X	5.125	-
Bco Brasil Emenda Parlamentar 66400-6	95.800	-
Bco Brasil Emenda Parlamentar 68130-X	909	-
Bco Brasil Emenda Parlamentar 68790-1	100.433	-
Cef 00900730-0	1.110.555	1.041.233
Total	2.131.601	3.219.350

(1) Os valores acima são decorrentes de valores de subvenções que serão utilizadas em 2022.

(2) O valor é decorrente da parte variável do convênio nº 347/2020 e 1004/2020.

4. CONVÊNIO PÚBLICOS E PRIVADOS A RECEBER

SUS	2021	2020
Unimed de Pindamonhangaba	470.606	804.160
FUSEX	89.012	5.278
Associação Santa Casa São Jose dos Campos	588.313	382.927
Outros Convênios a receber - Prefeitura Pindamonhangaba	120.440	115.637
Demais convênios a receber	1.731.567	701.812
Incentivos a receber	4.767.744	4.767.744
Outros (*)	(47.743)	79.777
Total contas a receber	10.543.123	9.264.090

4.1 CONVÊNIO ESTADUAIS A RECEBER

À Administração da Entidade optou em demonstrar contábil ativo não circulante e passivo não circulante os valores firmados de Convênios Estaduais a Receber.

Nesse sentido os mesmos serão baixados, mensalmente, das contas de resultado mediante sua realização.

5. ESTOQUES

	2021	2020
Material Consumo em Geral	52.235	90.002
Drogas e medicamentos	1.060.196	1.309.121
Material de Higiene Pessoal	58.384	75.665
Material Clínico e Cirúrgico	779.565	1.191.445
Outros	194.934	167.390
Total	2.145.314	2.833.623

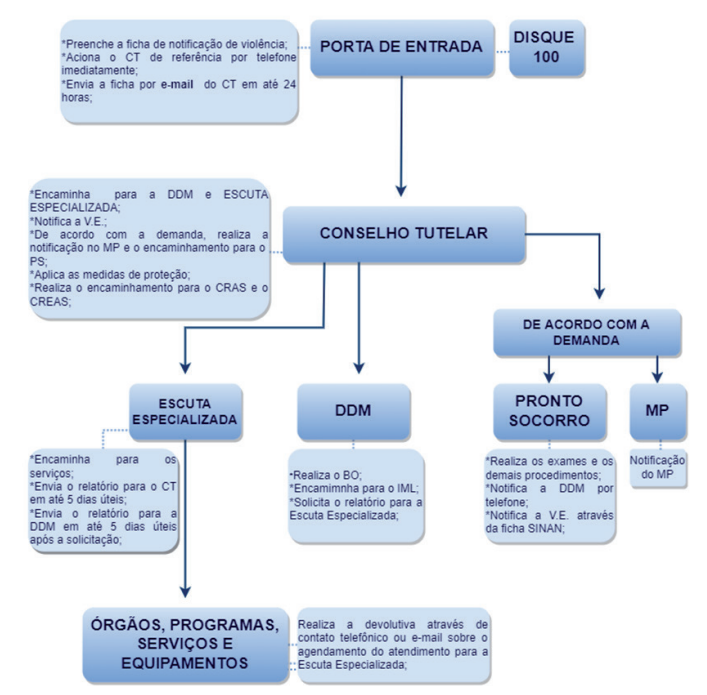
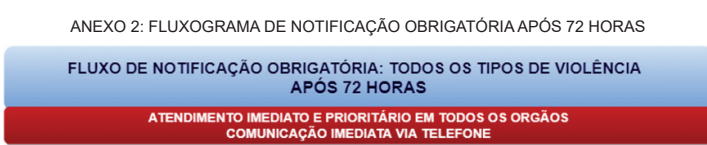
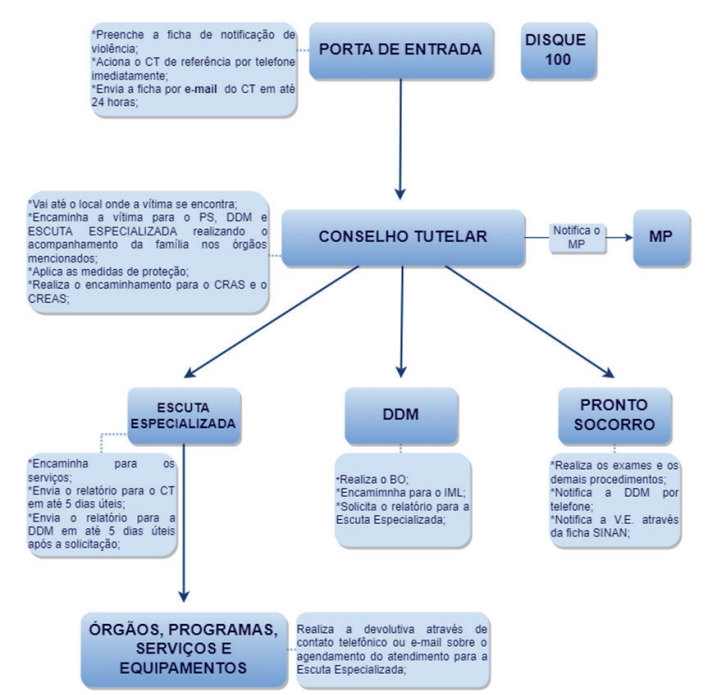
6. IMOBILIZADO

Os bens do ativo Imobilizado são demonstrados pelo valor de custo de aquisição ou de construção, acrescidos de reavaliação realizada no ano de 2007.

Descrição	Taxa Anua %	Saldo 31.12.2020 R\$	Adições R\$	Baixas R\$	Transf. R\$	Saldo 31.12.2021 R\$
Custo Corrido						
Terenos		4.923.996	-	-	-	4.923.996
Edificações	4	11.835.822	-	-	-	11.835.822
Instalações	4	583.948	-	-	-	583.948
Equip. Hosp. e de Laboratórios	10	6.684.841	799.545	(3.189.490)	-	4.294.896
Móveis e utensílios hospitalares	10	933.041	138.169	(14.800)	-	1.056.410
Instr. e Aparelhos hospitalares	10	285.552	91.046	(48.000)	-	328.598
Veículos	20	38.756	59.840	-	-	98.596
Equipamentos de Informática	33,33	384.650	-	(110.357)	-	274.293
Outros	10	968.509	141.505	(663.981)	-	446.033
Gerador		462.197	-	-	-	462.197
Total		26.639.115	1.692.302	(4.026.628)	-	24.304.789 </

- CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pindamonhangaba

no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view>. Acesso em: 12 de fevereiro 2022. DIGIACOMO, Ideara de Amorim e Murilo José. Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado. Publicação do Estado do Paraná. 5ª. Ed. Curitiba: Imprensa Oficial (SEDS), 2013. Também disponível em meio eletrônico: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_annotado_2013_6ed.pdf, acesso em 24 de março de 2019.



Formulário de notificação de situação de violência contra criança e/ou adolescente

CONVOCAÇÃO - 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO DIRETOR DO FAEP

- CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PINDAMONHANGABA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINDAMONHANGABA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINDAMONHANGABA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Ênfase

Conforme nota explicativa nº 17, a entidade responde por processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, perante diferentes tribunais.

Há Processos em análise no Tribunal de Contas que podem ser aprovados ou gerar uma possível contingência, conforme segue:

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, e utilizando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 CONVOCAÇÃO

Cronograma Cestas Básicas - Abril/2022

Cronograma de Entrega das Cestas Básicas, pelo Setor de Almoarifado Central, referente ao mês de Abril/2022:

- Dia 29/04 (Sexta-feira) - Somente servidores com nomes iniciados pelas letras A, B, C, D, E;
- Dia 02/05 (Segunda-feira) - Somente servidores com nomes iniciados pelas letras F, G, H, I, J, K, L;
- Dia 03/05 (Terça-feira) - Somente servidores com nomes iniciados pelas letras M, N, O, P, Q;
- Dia 04/05 (Quarta-feira) - Somente servidores com nomes iniciados pelas letras R, S, T, U, V, W, X, Y, Z.
- Dias 05/05 (Quinta-feira) e 06/05 (Sexta-feira) - servidores que não retiraram a sua cesta básica no dia correspondente à inicial de seu nome.

Observações: 01) Os servidores aposentados (com idade acima de 60 anos) e gestantes deverão ser atendidos de forma preferencial, ou seja, por ordem de chegada e sem obedecer a ordem alfabética nos dias acima mencionados;

02) A entrega das cestas básicas obedecerá a ordem alfabética das iniciais dos servidores beneficiados e não da pessoa que estiver retirando as cestas (no caso de retirada da cesta básica por terceiros).

03) NÃO SERÃO ACEITOS OS TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE RETIRADA POR TERCEIROS que apresentarem rasuras, não estiverem preenchidos corretamente ou incompletos e, que não sejam originais (não serão mais aceitos termos xerocados parcialmente ou em sua totalidade);

04) O horário de entrega será das 8:00 às 16:00 horas. Essa deliberação foi determinada pelo COMITÊ DE COMBATE

À CRISE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), e estará valendo até segunda ordem. Haverá, também, entrega de cestas na Subprefeitura de Moreira César, para facilitar aos servidores que residem ou trabalham naquela região. A intenção é atender da melhor maneira possível a todos os servidores e seus familiares. Salientamos que este período não será prorrogado em hipótese alguma. Solicitamos dessa forma, que todos os servidores atentem-se às datas e horários, para que possamos nos adequar e fazer um trabalho mais eficiente.

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA INTERNA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 614, DE 13 DE ABRIL DE 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO *** AVISO DE LICITAÇÃO *** Encontra-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Stra. do Bom Sucesso, nº 1400, Bairro Alto do Cardoso:

- CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pindamonhangaba ADVERTÊNCIA PÚBLICA O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, na pessoa de seu presidente Adriano Augusto Zanotti, nos termos da Lei Municipal 4.574/2008, publica neste ato, decisão proferida pela Comissão de Ética do Conselho Tutelar nos autos do Processo Disciplinar nº 07/2021, a qual decidiu por aplicar a penalidade de advertência pública à conselheira tutelar Desirée Valdirene Maria Alves Moreira.